

Educação Ambiental no Brasil: Esperança Renovada!

Sandro Xavier de Campos*

A educação ambiental (EA) no Brasil é pautada por um movimento que evoluiu rapidamente nos últimos 50 anos. Em um passado não tão distante, o Brasil figurava como um dos protagonistas em relação a políticas e documentos em uma vertente de EA crítica. Nos últimos 4 anos houve um retrocesso devido a interferências de correntes político-ideológicas pautadas pelo negacionismo. Com a esperança renovada de que a partir de 2023 o Brasil volte a colocar a EA como um tema de protagonismo a ser discutido por toda a sociedade, proponho escrever esse texto trazendo um resgate histórico de seu desenvolvimento em meu país.



Río de Janeiro · Mikolaj Niemczewski

O Começo!

No Brasil, uma das primeiras ações sobre EA aparece em 1970 com a oferta de um curso de extensão pela Universidade de Brasília. Os debates relacionados ao meio ambiente possuíam como tema de discussão a poluição atmosférica, principalmente aquela causada pelo polo industrial de Cubatão, no litoral de São Paulo, e a instalação das usinas nucleares em Angra dos Reis, no Rio de Janeiro. Contudo, a profundidade dessas discussões era limitada, devido ao cenário nacional não ser um dos mais propícios ao desenvolvimento de uma prática de EA crítica, devido a forte opressão imposta durante o período militar (1964-1985). Mesmo com a criação em 1973 de uma Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), vinculada ao Ministério do Interior, o que se observa nos documentos produzidos no início da EA brasileira são propostas de ações que visavam apenas sensibilizar o homem perante a natureza, sem desenvolver ou instigar a reflexão profunda acerca da problemática ambiental e sua inter-relação com as dimensões política e social.

Nos anos da década de 1980 a EA associa-se a um importante momento do país e começa a dar os seus primeiros passos em uma perspectiva política e crítica, incluída aos grandes movimentos que buscavam a redemocrati-

zação do Brasil. Nos anos posteriores são organizados encontros regionais, nacionais e latino americanos que ajudaram a gerar conhecimento suficiente para criação de leis e diretrizes nacionais voltadas ao meio ambiente e a EA. Assim, em 1981 surge a institucionalização da EA no Brasil por meio da primeira Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) que estabeleceu, no âmbito legislativo, a necessidade de inclusão da EA em todos os níveis de ensino, incluindo a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para a participação ativa na defesa do meio ambiente. E em 1988, com a promulgação da sétima Constituição Federal Brasileira ocorre pela primeira vez a inclusão de um capítulo dedicado ao reconhecimento do meio ambiente e enfatiza a obrigação do estado e de toda a sociedade brasileira em garantir um meio ambiente ecologicamente equilibrado para as gerações atuais e futuras. Outro momento nessa década foi a criação em 1989 do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, mais conhecido pelo seu acrônimo (IBAMA).

Em 1991 foi criado um grupo de trabalho pela presidência da república que realizou ações para confecção da primeira versão do Programa Nacional de EA (ProNEA). Em seguida ocorre um dos momentos mais marcantes para a EA no Brasil e no mundo, que foi a organização

na cidade do Rio de Janeiro da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento Sustentável, também conhecida como Eco-92 ou Rio-92. Essa conferência veio trazer uma proposta de ação mundial denominada de Agenda 21, criada como um plano de ação para o século XXI, visando à sustentabilidade dos seres na Terra. Motivado pela Rio-92 o Brasil passa a colocar como uma de suas pautas principais a questão ambiental e em 1996 a Lei nº 9.394, que trata das Diretrizes e Bases da Educação Nacional Brasileira acrescenta a necessidade da EA no ensino formal.

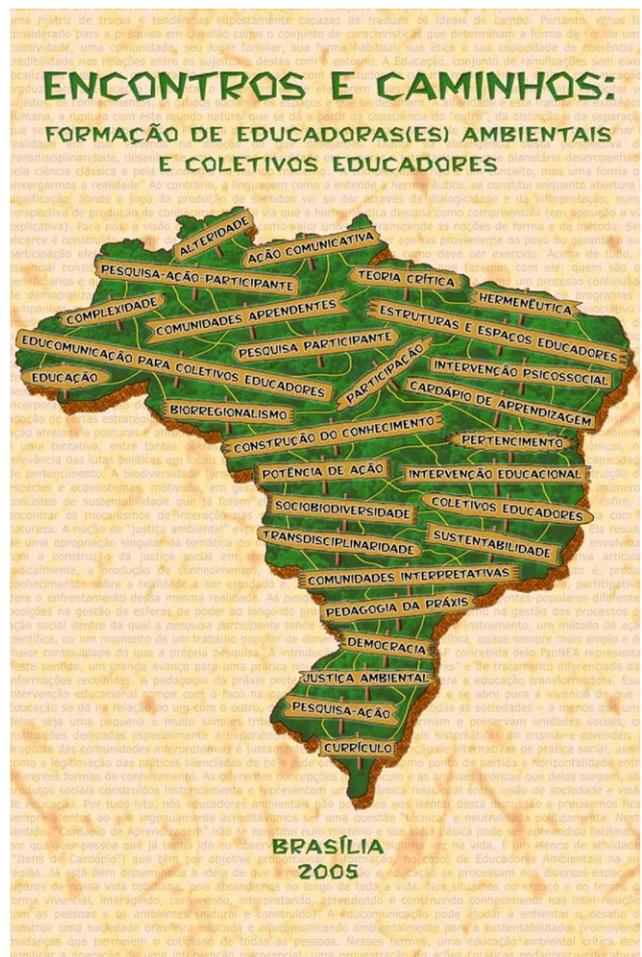
Em 2000, após audiências públicas em todas as regiões do país é criada a Lei 9.985/00, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e no ano seguinte, foi formulado o novo Estatuto da Cidade (Lei 10.257/01), que condicionou a expansão urbana ao cuidado com o meio ambiente. Relato esses exemplos para mostrar o quanto a política ambiental brasileira é bastante ampla. Em 2002 é promulgada a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA, Lei 9.795, Decreto nº 4.281, de 25.6.2002), ocorre a criação da Coordenação-Geral de EA no Ministério da Educação (MEC) e da Diretoria de EA no Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Um ponto importante desses documentos é que, diferentemente das concepções propostas nas leis anteriores, nesse momento de 2002 a EA é tratada com a concepção de meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade. Ou seja, saindo de uma ideia mais conservacionista para outra mais crítica com um enfoque humanista, holístico, democrático e participativo.

O Meio!

Em 2003 após turbulento período eleitoral, Luis Inacio Lula da Silva era eleito pela primeira vez presidente do Brasil. Em sua primeira viagem ao exterior, mostra a intenção de colocar o Brasil na pauta ambiental anunciando como primeiro nome de sua equipe a ministra do meio ambiente Marina Silva. Marina era conhecida internacionalmente por sua luta em defesa da biodiversidade brasileira e pela parceria com o seringueiro Chico Mendes, que fora assassinado em 1988 no Acre por defender a floresta amazônica. Marina, escolhe como membros para o MMA muitos ativistas do movimento ambientalista brasileiro provocando um efeito de crescimento exponencial nas discussões relacionadas ao meio ambiente e a EA no país. Para se ter um panorama do crescimento, já em novembro de 2003 ocorre em Brasília, Capital do Brasil, a I Conferência Nacional do Meio Ambiente. Nesse evento é formulado o mais abrangente Programa de Formação de Educadores Ambientais (ProFEA) da história do Brasil. Seu objetivo era mobilizar pessoas de todos os lugares do país com a intensão de transformá-los em educadores ambientais. O ProFEA era baseado em uma fundamentação de “Pesquisa-Ação-Participante” ou PAPs. A metodologia propõe procedimentos participativos em todas as etapas por meio da interpretação da realidade, sonho em sua transformação, planejamento de intervenções educacionais, implementação e avaliação.

Dentro do ProFEA e pautados pelos PAPs, foram criados 143 grupos chamados de Coletivos Educadores (CEs).



Capa do Livro *Encontros e Caminhos* - Ministério do Meio Ambiente do Brasil

Esses grupos eram formados por todos membros da sociedade e em todas a regiões do país, sendo a etapa de consolidação dos processos formativos em EA no Brasil. Nessa perspectiva, em 2006, durante o 1º Encontro de Especialistas em Educação Ambiental da Bacia do Rio Prata, Foz de Iguaçu, Paraná, surgiu a criação de um Centro de Saberes e Cuidados Socio-Ambientais da Bacia do Prata. A partir disso, esses Centros de Saberes passaram e se multiplicaram pelo país, tornando-se espaços físicos de referência em EA e alcançando, em 2007, o número de 411 distribuídos em 297 municípios das 27 unidades federativas Brasileiras.

Outro marco em 2007 foi a criação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), que tem como principal objetivo promover o desenvolvimento sustentável desses povos com ênfase no reconhecimento da importância de seus conhecimentos e de sua história na realização da EA. Já em 2012 são criados o Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar (PEAAF) e instituídas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (DCEA). As DCEA passam a ser o documento mestre que obriga a implementação da EA em todos os níveis e por todas as instituições de ensino, com o risco de não serem autorizadas a funcionarem em caso de descumprimento. Como uma das últimas ações em relação a políticas de EA no Brasil, encontra-se em 2018 uma instrução normativa para a sua realização nas Unidades de Conservação, com o objetivo de mobilizar



Painel Paulo Freire · Luiz Carlos Cappellano

a sociedade na implementação dos Projetos Políticos Pedagógicos escolares mediados pela EA nas Unidades de Conservação Federais e na atuação dos Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação do Instituto Chico Mendes.

O Fim!

A partir de 2018, com o novo governo eleito, ambientalistas de todo o Brasil começam a temer um grande retrocesso em todas as conquistas até então alcançadas. Em 2019 começa a ocorrer uma ação articulada pelo governo federal de desmonte dos órgãos ambientais instituídos, inclusive com a ideia de acabar com o MMA e agregar o tema ao Ministério da Agricultura. A tentativa de destruição da EA inicia-se com a extinção das divisões administrativas/operacionais responsáveis pela EA tanto no MMA quanto no MEC. Em 2019, a Diretoria de EA no MMA foi extinta, passando a atribuição de cuidar das políticas voltadas a EA ao Departamento de Educação e Cidadania Ambiental (DECA). O DECA foi criado em 2020 e vinculado à Secretaria de Biodiversidade, a qual assumiu a atribuição de implantar a PNEA no âmbito do MMA no país. Essa alteração resulta em um retrocesso da fundamentação para EA brasileira conquistada até então. De uma EA pautada em uma perspectiva crítica, para uma fundamentação voltada a interpretação restrita de meio ambiente como espaço de conservação. Para 2020 o governo extingue a EA da estrutura administrativa do MEC, provocando uma total paralização da implementação das DCEA nas instituições de ensino do país. Assim, desaparecem políticas e programas para a realização da EA em todos os níveis, assim como espaços antes conquistados. Projetos já não contam mais com recursos públicos para seu funcionamento.

Ainda como destaque da destruição da EA no país nos últimos quatro anos tem-se:

- Paralização do ProNEA, devido à falta de responsáveis por sua implementação e assim todas as suas ações ficam descontinuadas;
- Descumprimento da PNMA pela falta de fiscalização e pessoal designado;
- Abandono do Sistema Brasileiro de Monitoramento e Avaliação de Projetos e Políticas Públicas de Educação Ambiental (Sistema Brasileiro MonitoraEA);
- Desde 2019 nenhum evento de EA relevante é promovido pelo governo federal;

- A partir de 2019 o MMA interrompe a oferta de 23 cursos disponíveis e retira do site os materiais didáticos até então produzidos. No lugar acrescenta cursos pautados em uma EA de adestramento ambiental e conservacionista;
- Falta de cumprimento da Agenda 2030 das Nações Unidas e da Meta 4.7 que trata sobre EA.

Por fim, como uma prova da falta de comprometimento com a EA, o governo atual reduziu drasticamente os investimentos nessa área. De seis milhões de reais em 2018 para cento e oitenta mil reais em 2021. Ou seja, uma redução de 97%. Isso fez com que houvesse uma redução de cerca de 20 ações relacionadas a EA no período de 2002 a 2018 para apenas 3 atualmente, e que estão mais relacionadas a gestão do que EA.

Esperança renovada!

Ao final de 2022 e com a eleição de Lula para um terceiro mandato toda a comunidade brasileira e acredito mundial, envolvida com a questão ambiental, tem sua esperança renovada. Essa esperança toma força com as primeiras ações de Lula ao participar da 27ª Conferência do Clima da Organização das Nações Unidas (COP 27) e anunciar que em seu governo a questão ambiental voltará a ter o protagonismo de onde nunca deveria ter deixado. A ideia inicial é revogar cerca de 401 atos de ataque ao meio ambiente feitos pelo atual governo e convidar novamente o grupo de ambientalistas que construíram as políticas de EA em seus mandatos anteriores na ajuda dessa reconstrução. Especula-se, inclusive, que Marina Silva voltará a ser a ministra do meio ambiente.

Assim, “bater o pé” dos documentos abandonados, recuperar os espaços conquistados, cumprir as políticas e diretrizes construídas para a realização de uma efetiva EA crítica deixa todos nós brasileiros, que amamos nosso país e que queremos cuidar de nossa maior riqueza, felizes e ansiosos para “arregaçar as mangas” e trabalhar!

Finalizo com uma frase de nosso patrono da educação Paulo Freire sobre esperança. *“É preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo esperar; porque tem gente que tem esperança do verbo esperar. E esperança do verbo esperar não é esperança, é espera. Esperançar é se levantar, esperançar é ir atrás, esperançar é construir, esperançar é não desistir!”*

Bibliografia

- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente; Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental; Departamento de Educação Ambiental. Os diferentes matizes da educação ambiental no Brasil: 1997 - 2007. Brasília: MMA, 2008. 290 páginas.
- Dossiê Sobre o Desmonte das Políticas Públicas de Educação Ambiental na Gestão do Governo Federal: 2019- 2022. Organizado por Antônio Vitor Rosa, Marcos Sorrentino, Maria Henrique Andrade Raymundo, Brasília: EA-Resiste, 32p. 2022.
- Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido / Paulo Freire. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013

Agradecimentos

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/Brasil) pela bolsa de Pós-doutorado concedida por meio do Edital 026/2021, para a minha estadia na Universidade da Coruña.

*Grupo de Química Analítica Ambiental e Sanitária (QAAS); Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil.